



REQUISIÇÃO DE DOCUMENTOS

Unidade Auditada SP - Urbanismo	
Autoridade José Toledo Marques Neto	Entregue em / /
Cargo Diretor Administrativo e Financeiro	Horário : H
Auditor Pierre José de Luna Maria (pierre.luna@tcm.sp.gov.br)	Registro Nº 20.281
Auditado	Registro Nº

Para fins de auditoria com base nos termos dos arts. 31, 70 e 71 da Constituição Federal, arts. 14 - inciso XV, 48 e 49 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, arts. 19, 20 e 39 da Lei 9.167/80, requisitamos os documentos e /ou informações abaixo, **preferencialmente em formato digital (em formatos .xls e .pdf, para os documentos possíveis)**, no prazo de **5 dias úteis**:

1 – Qual é a origem dos dados que são a base para a Declaração no SPED? O procedimento de preenchimento do SPED é realizado por automação/integração de sistema? As informações são declaradas diretamente na interface do SPED ou algum programa gera um arquivo (um xml, por exemplo), que posteriormente é carregado no SPED, para posterior envio à Receita Federal?

2 – É possível realizar a conferência dos dados informados na plataforma do SPED antes do envio à Receita Federal?

3 – Como e quando foi identificado o erro das informações enviadas à Receita Federal? Existe alguma situação que impediu que essa identificação/retificação ocorresse em período tempestivo, de modo que fosse possível a correção, sem que sujeitasse a empresa ao pagamento de multas e encargos moratórios?

4 – Dado que houve uma retificação de dados que gerou ajuste na base de cálculo para apuração do resultado de 2016, informar quais ajustes foram realizados, apresentando a documentação de suporte. Caso seja possível, apresentar as declarações integrais enviadas (original e retificada), em formato que não dependa de acesso ao SPED (pdf, por exemplo).

5 – Em se tratando de falha exclusiva do SPED (conforme informado nos SEIs 030241288 e 030240165), apresentar a defesa apresentada à RFB e/ou autos do processo correspondente, que solicite o ressarcimento da multa e encargos moratórios pagos pela empresa.

6 – Disponibilizar, caso exista, processo SEI que tenha tratado/apurado o fato/causa internamente. Caso inexistir processo específico, informar os atos ou comunicações além das já apresentadas no processo SEI 7810.2020/0000654-0, que permitam compreender a causa da falha.

7 – Informar o valor total devido à Receita Federal em função do fato, discriminando o tipo de tributo, principal, juros e encargos.

8 – Para o item anterior informar a memória de cálculo dos valores apurados e pagos à Receita Federal (de preferência, o cálculo oficial da plataforma da Receita Federal nos moldes do doc SEI 030240899), evidenciando se foram utilizados créditos tributários, bem como apresentar os DARFs pagos relacionados ao fato.

9 – Dado que a regularização ocorreu em outubro de 2019 e compreendeu, basicamente, tributos compensados indevidamente em 2017, informar se houve impactos fiscais/financeiros nos exercícios de 2018 e 2019.